

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR.

Lívia Keismanas de Ávila¹

Educação Ambiental

Resumo

A formação do enfermeiro integra a percepção de processo saúde-doença e as formas de enfrentamento que perpassam o conceito ampliado de saúde e seus condicionantes e determinantes. Objetivo: estabelecer ações de educação ambiental que valorizem os ODS em sua percepção crítico e reflexiva a fim de proporcionar maior entendimento dos processos de saúde e adoecimento da população. Metodologia: optou-se por seguir o modelo da metodologia da problematização, por meio de uma adaptação da estratégia do Arco de Charles Maguerez. Principais resultados: Foram desenvolvidos 4 textos jornalísticos sobre 4 metas do ODS 16 constituídos pelas seguintes informações: 1. Sobre a redução de todas as formas de violência, o texto foi estruturado a partir do conceito de cultura de paz e a apresentação de uma instituição eficaz na prevenção de situações que possam ameaçar a paz e a segurança da população; 2. Para a garantia da igualdade de acesso à justiça social foi definido o conceito de justiça social e o seu arcabouço histórico ligado ao princípio da equidade; 3. Para fornecer identidade legal para todos, o conceito de cidadania que embasou o desenvolvimento do texto; e 4. Com a finalidade de fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias, foi apresentada uma ação informativa formulada a partir da definição de políticas discriminatórias. Considerações finais: reconhecer o conceito de desenvolvimento sustentável na formação do enfermeiro contribui para o desenvolvimento e construção de um sistema de saúde e de bem-estar social equitativo e resolutivo.

Palavras-chave: Educação ambiental; formação profissional; educação em saúde; meio ambiente.

¹Doutora em Enfermagem em Saúde Coletiva pela Escola de Enfermagem da USP. Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP), São Paulo – S.P. E-mail: livia.avila@fcmsantacasasp.edu.br

INTRODUÇÃO

A formação do profissional da área da saúde integra a percepção de processo saúde-doença e as formas de enfrentamento que perpassam o conceito ampliado de saúde e seus condicionantes e determinantes, ou seja, a visão da determinação social da doença.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2016 aponta que as iniquidades sociais se configuram como determinantes no processo de adoecimento e que, apesar dos avanços econômicos, o mundo segue enfrentando numerosos e complexos problemas de desenvolvimentos como as desigualdades, extremismo violento, desigualdade de gênero, escasses da água e desastres naturais. Alguns deles estabelecem uma relação mútua como é o caso da mudança climática e sua influência redução da segurança alimentar e a urbanização e o aumento da marginalização da população pobre (PNDU, 2016).

Do ponto de vista ambiental, a lógica econômica de utilização do ambiente na atualidade se configura como aumento das desigualdades sociais. Considerando que o meio ambiente se constitui como uma “soma total das condições externas circundantes no interior dos quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou objeto existe” (ART, 1998), podemos inferir que as condições externas caracterizadas pelas ações do meio ambiente influenciam a vida ou a totalidade dos organismos na sociedade, bem como a sustentação das populações de todos os tipos.

No âmbito da promoção da saúde, de acordo com LABONTE (1996) há três maneiras de se agrupar os problemas de saúde. Esses problemas podem ser agrupados na perspectiva “biomédica”, em que as ações em saúde são estruturadas baseadas na doença e voltada para o tratamento dos sintomas e erradicação da doença; na perspectiva da “prevenção de doenças”, em que há um incentivo aos comportamentos saudáveis na prevenção do adoecimento; e, por último, na perspectiva “socioambiental”, visando a criação de entornos físicos e sociais que favoreçam a saúde e o bem estar dos indivíduos e, portanto, a estruturação de políticas públicas saudáveis.

Na perspectiva socioambiental se tem a iniquidade social como determinante do processo saúde-doença, que se constitui um dos pilares de enfrentamento para o desenvolvimento sustentável. Com o propósito de “acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do

planeta e seus recursos naturais”, na agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas integradas e indivisíveis (ONU, 2015).

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo estabelecer ações de educação ambiental que valorizem os ODS em sua percepção crítica e reflexiva a fim de proporcionar maior entendimento dos processos de saúde e adoecimento da população e no enfrentamento das desigualdades sociais.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da atividade optou-se por seguir o modelo da metodologia da problematização, por meio de uma adaptação da estratégia do Arco de Charles Magueres (BORDENAVE & PEREIRA, 2004).

Na primeira etapa – **Observação da Realidade** - os alunos do 1º semestre (2017) do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP) foram divididos em quatro grupos. Para que os alunos pudessem olhar atentamente a realidade e, a partir disso, escolher aspectos que precisassem ser desenvolvidos, trabalhados, revisados e melhorados, foi lhes apresentado os conceitos de saúde ambiental, meio ambiente, educação ambiental, promoção da saúde, desenvolvimento sustentável e os ODS, com especial atenção ao ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todas e todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, bem como suas 12 metas e indicadores associados.

Na segunda etapa – **Identificando os Pontos Chave** – os alunos elegeram aspectos importantes a serem observados da realidade e identificaram os pontos chave para o reconhecimento do problema ou das questões que determinam a situação. Nesse momento, com a docente, foram identificados quatro metas específicas (16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência; 16.3 Garantir a igualdade de acesso à justiça para todos; 16.9 Fornecer identidade legal para todos e 16.10b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias).

A partir de então, os grupos se organizaram de maneira que cada um deles se responsabilizou por elaborar uma síntese dos pontos essenciais de uma única meta e seus indicadores, no intuito de compreender o problema de maneira profunda, por meio dos seguintes questionamentos: Qual a relação da temática da meta com o conceito de desenvolvimento sustentável?, Como este se relaciona com a educação ambiental? Quais aspectos se relacionam com as formas de violência? O que é cultura de paz? O que são políticas não discriminatórias? O que é justiça social? Como fornecer identidade legal para todos? O que é cidadania? Como as instituições sociais se organizam para serem eficazes nessas metas?

Com isso, os grupos encontrariam maneiras de interferir na realidade por meio da compreensão da comunidade acadêmica sobre o ODS 16.

Na terceira etapa – **Teorização** - os grupos foram buscar informações em referenciais teóricos sobre as metas e seus indicadores, bem como sobre os questionamentos elencados para a resolução do problema em questão.

Na quarta, foi apresentado aos estudantes uma proposta de **Hipótese de Solução**. Eles se responsabilizaram em elaborar um texto jornalístico para informar a comunidade acadêmica sobre os pontos chave do problema e as diferentes iniciativas na promoção de instituições eficazes.

A quinta etapa, a **Aplicação - Execução da ação**, se constituiu na elaboração do texto jornalístico e divulgação à comunidade acadêmica. Este momento se caracteriza como a execução e encaminhamento das ações planejadas e, portanto, o compromisso do estudante com o seu meio.

O desenvolvimento da atividade ocorreu em atividades curriculares e extracurriculares, e ao final de 4 meses, foram apresentados no Colóquio de integração de temáticas do Curso de Enfermagem da FCMSCSP.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final dos 4 meses de atividade, cada grupo apresentou um texto jornalístico. Estes foram construídos no programa *Microsoft Publisher*®, com diferentes *designs* e conteúdo.

Para a apresentação da meta “16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência”, o grupo desenvolveu o conteúdo a partir da relação do conceito de cultura de paz e promoção da saúde, valorizando ações de combate à violência por meio da promoção da integração social e exercício da cidadania no município de São Paulo. Para isso, o texto jornalístico foi estruturado inicialmente com o conceito de cultura de paz e, em seguida, a apresentação de uma instituição eficaz na prevenção, por meio de conscientização e educação, de situações que possam ameaçar a paz e a segurança da população (UNESCO, 2017).

A meta “16.3 Garantir a igualdade de acesso à justiça para todos”, foi apresentada a partir da definição de justiça social e o seu arcabouço histórico ligado ao princípio da equidade e, portanto, sua estreita relação com o sistema de saúde brasileiro (BRASIL, 1990)

Em relação a meta “16.9 Fornecer identidade legal para todos”, o grupo responsável, apresentou um texto baseado no conceito de cidadania e o cumprimento da promoção do desenvolvimento de maneira consciente e sustentável visando a defesa da qualidade de vida e a criação de políticas públicas de preservação do meio ambiente e suas relações com a sociedade para as gerações futuras.

E, por fim, o grupo responsável pelo desenvolvimento da meta “16.10b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias”, apresentou uma ação informativa formulada a partir da definição de políticas discriminatórias, como medidas criadas com objetivo de combater a discriminação racial, religiosa e de gênero, aumentando a participação dessas pessoas no processo político, dando acesso à saúde, educação, emprego e reconhecimento cultural e, em seguida, dois aspectos específicos que determinam a insustentabilidade humana, o racismo e o sexismo (LIMA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que os aspectos socioambientais se constituem uma forma de reconhecer o processo saúde doença para a promoção da saúde, reconhecer o conceito de desenvolvimento sustentável na formação do profissional de saúde, neste caso do

enfermeiro, contribui para o desenvolvimento e construção de um sistema de saúde e de bem estar social equitativo e resolutivo.

Na formação do profissional enfermeiro, a utilização da estratégia metodológica de problematização permitiu o desenvolvimento das quatro competências – pesquisar, educar, gerenciar e cuidar, facilitando assim a compreensão dos conteúdos trabalhados e a disseminação das informações, bem como o reconhecimento das políticas vigentes para o alcance dos ODS.

O Arco de Magueres, tem como intuito promover ao estudante uma prática de ação-reflexão-ação, ou seja, aprenderem o conteúdo de maneira crítica e reflexiva partindo de sua própria realidade social. Nesse sentido, esta é uma maneira de proporcionar ao futuro profissional de saúde uma lógica para atuar na sociedade e, na medida do possível melhorá-la.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, em especial à direção o Curso de Enfermagem, por proporcionar espaços de inovação no ensino em saúde. E aos estudantes do 2º semestre (agosto 2017) do Curso de Graduação em Enfermagem que participaram desta proposta e contribuíram com um novo olhar da formação na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ART, W. H. **Dicionário de ecologia e ciências ambientais**. São Paulo: UNESP/Melhoramentos, 1998. 583p.

BORDENAVE, J.D.; PEREIRA, A.M.P. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 25ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, set. 1990.

LABONTE, R. Estrategias para la promoción de la salud en la comunidad. In: Organización panamericana de la salud. **Promoción de la salud: uma antología**. Washington: OPAS, 1996, p.153-65. (Publicación científica, 557).

LIMA, M. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos estudos-CEBRAP** [online]. 2010, n.87, pp.77-95. ISSN 0101-3300. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000200005>.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>

PNDU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Informe sobre o Desenvolvimento Humano**. 2016. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/HDR2016_SP_Overview_Web.pdf

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Educação para os objetivos do desenvolvimento sustentável**: objetivos de aprendizagem. 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252197>